

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL
PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REFERÊNCIAS À FORMULAÇÃO
(VERSÃO PRELIMINAR)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

7100390

ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL
PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REFERÊNCIAS À FORMULAÇÃO
(VERSÃO PRELIMINAR)

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL
PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REFERÊNCIAS À FORMULAÇÃO
(VERSÃO PRELIMINAR)

JANEIRO/1986

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Manoel Rodrigues Martins Filho

INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Espírito Santo, em razão da ausência de uma política estadual de habitação que oriente ações e racionalize a aplicação dos investimentos públicos no setor - via Coordenação Estadual do Planejamento - designou ao Instituto Jones dos Santos Neves, na qualidade de Órgão de Planejamento Urbano e Regional do Estado, a elaboração de estudos necessários à base da formulação desta Política.

Por ser o problema habitacional afeto a diversos órgãos atuantes no Estado, e no sentido de possibilitar a discussão conjunta das suas particulares formas de atuação, propôs-se que a elaboração da Política fosse encaminhada e acompanhada por grupos de trabalho multinstitucionais e de diversos escalões, cabendo ao IJSN, através de seus Departamentos Técnicos de Estudos e Projetos Urbanos e de Informações, a supervisão dos trabalhos realizados por uma Equipe Básica, constituída por técnicos da SEBES; COHAB-ES; BNH-ES; INOCOOP-ES; ESCELSA; CESAN e IJSN.

O trabalho aqui apresentado tem como base as conclusões extraídas de estudos e debates realizados pela Equipe Básica, pautando-se na análise dos diversos fatores que hoje interferem na problemática habitacional; constituindo-se, desta forma, um marco referencial, norteador da formulação da Política.

Deve-se destacar a importância de um ciclo de debates ocorrido no período de 04 a 12 de dezembro de 1985, o qual, sob a forma de seminário, reuniu diversos segmentos da sociedade civil e do setor público afins, permitindo à Equipe Básica estar frente-a-frente às diversas óticas e peculiaridades a eles inerentes. (Vide Programa em Anexo).

Espera-se que este documento seja o ponto inicial no processo de detalhamento da questão habitacional, cuja complexibilidade demanda aprofundamentos e reflexões, onde se retorne oportunamente à origem das discussões como forma de constantes avaliações.

Em assim sendo, este trabalho visa contribuir para a continuidade do processo, de forma que as considerações e conceituações aqui apresentadas consolidem sua base teórica, orientando encaminhamentos futuros dos diversos níveis de acompanhamento da Política Habitacional do Estado do Espírito Santo.

Interessa ressaltar, que este documento fundamentará os trabalhos da Equipe Básica em suas atividades de pesquisa, análises, e propostas referentes ao quadro habitacional do Estado.

Neste sentido, este documento contém breve caracterização do papel do Estado na definição do modelo de desenvolvimento adotado, com ênfase aos últimos vinte anos. Aborda os seus reflexos na realidade do país e, em particular no Estado do Espírito Santo.

Posteriormente, detalha aspectos das políticas habitacionais com a criação da Fundação da Casa Popular - FCP - e, Banco Nacional de Habitação - BNH - como agente do Sistema Financeiro de Habitação.

Segue, por analisar os efeitos das políticas adotadas em contraposição a seus objetivos originais tanto ao nível nacional quanto estadual.

Como referência a formulação da Política Habitacional para o Estado do Espírito Santo, considerada à luz da situação sócio-econômica e político-habitacional, este documento conclui ao definir conceitos que entendem-se devam ser adotados como marco referencial, norteador da formulação dessa Política.

COORDENADOR TÉCNICO DO IJSN

Antonio Luiz Caus

GERENTE DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES E PESQUISAS BÁSICAS - DTI

Magno Pires da Silva

GERENTE DO DEPARTAMENTO ESTUDOS E PROJETOS URBANOS - DTU

José Francisco Bernardino Freitas

EQUIPE TÉCNICA

Afonso Henrique M. Mendes - CESAN (Suplente)

Andre Tomoyuki Abe - IJSN

Carlos César Hauer - BNH

Dilcélia Colombi Montovanelli - COHAB

Elenir Pretti Vasconcellos - SEBS

Elizabeth Sabino Romano - IJSN

Esther Miranda do Nascimento - IJSN

Fábio Henrique R. Faria - INOCOOP

Hamilton Coelho Filho - CESAN

José Carlos da Silva Oliveira - IJSN (Coordenador)

Maria Gorete Cortez Monteiro - IJSN

Maria Severiana de Laia - SEBS

Paulo Bubach - ESCELSA (Coordenador)

AUXILIAR TÉCNICO

Ronilda Fátima Lucatelli - IJSN

ESTAGIÁRIOS

Ana Márcia Erter - IJSN

Aparecida Netto Teixeira - IJSN

Eduardo César Gomes - IJSN

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

As etapas previstas para a formulação da Política encontram-se discriminadas no Termo de Referência "Estudos para Definição da Política Habitacional no Espírito Santo" - IJSN. de julho de 1985; referendado por aqueles órgãos que compõem o Grupo de Acompanhamento dos Trabalhos, conforme decisão em reunião de 09 de outubro de 1985 realizada na COPLAN.

A primeira etapa compreende um diagnóstico da situação habitacional no Estado do Espírito Santo, com o intuito de se obter uma visão geral dos problemas a ele afetos.

A segunda, pretende caracterizar o setor habitacional através de análise das informações obtidas na primeira etapa, para que se estabeleçam diretrizes, metas e prioridades da Política.

A terceira etapa inclui a definição das propostas de ação, compatibilizadas a curto, médio e longo prazo.

Na quarta e quinta etapas, estabelecer-se-ão, respectivamente, o cronograma plurianual de investimentos e aplicações de recursos no setor a partir das prioridades anteriormente definidas; e seus detalhamentos, em nível de projetos executivos, para o triênio 86-88.

É também indicação do mesmo documento, que se procedam avaliações e acompanhamentos dos projetos em desenvolvimento, como tentativa de melhor aferir as proposições contidas na Política.

1. REFERÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E POLÍTICO-HABITACIONAIS

É necessário ter claro que as questões postas à sociedade pós-industrial, e que demandam recursos naturais e humanos a serem tratados a luz da ciência e tecnologia, estão vinculadas à Economia Política que detém instrumentos para se buscar a melhoria das condições de vida das sociedades.

Desta forma, necessário se faz o conhecimento do papel desempenhado pelo Estado na orientação a imprimir ao desenvolvimento econômico e social de um país.

No Brasil, nos últimos vinte anos, o Estado pretendeu dar a economia um impulso desenvolvimentista às expensas da maior parte da população, beneficiando apenas uma pequena parcela desta, através do aumento de seu padrão de consumo.

Assim, se desenvolveram as indústrias dos bens de consumo duráveis, da construção civil pesada e da habitação e, mais recentemente, desenvolveu-se a indústria de substituição do petróleo: PRÓ-ÁLCOOL, como forma de incentivo à indústria automobilística.

Foi um modelo que financiado com a poupança externa, apresentou-se de início como solução para a economia nacional, caracterizando a denominação da fase do **milagre** devido ao rápido crescimento da economia.

Hoje, pressões diversas e extorsivos juros sobre um principal de mais 100 bilhões de dólares, pagos com moeda advinda das exportações de produtos primários, semi e, principalmente, manufaturados, são consequências deste modelo. Adiciona-se a isto o protencionismo dos importadores, também intensifi

cado pelos controladores das bolsas internacionais de mercadorias.

Todos estes aspectos inerentes ao modelo, tem gerado um processo inflacionário também agravado pelo incremento do déficit interno, combinado com o déficit externo pelo financiamento dos grandes projetos.

Também porque tal modelo exigia a concentração de terras, fosse para o cultivo de café, soja, ou cana-de-açúcar destinada a produção de álcool combustível, que entre outras culturas, incrementariam a agricultura de exportação; adicionado ao incentivo industrial por ele proporcionado, contribuiu para estimular o fluxo migratório campo-cidade.

Entre outras consequências do **milagre**, multifacetado em várias crises sociais, estão os problemas do desemprego, da corrosão do poder de compra dos salários e da deterioração das cidades, detectável pelas favelas e palafitas das principais áreas dos centros urbanos.

Todos estes aspectos refletem a realidade habitacional, cuja política oficial e seu Sistema Financeiro da Habitação não conseguiram atender as necessidades geradas pelo processo de urbanização ocorrido.

A ascensão de um novo governo que pretende encerrar um ciclo de vinte anos onde o impulso desenvolvimentista foi a tônica de sua atuação, sem contudo atingir a totalidade das necessidades do país, busca uma nova política no campo econômico e sobretudo social.

Nesse sentido caberá à Nova República, a tarefa de iniciar o soerguimento da economia e da sociedade brasileira. Porém, em se entendendo a crise mundial e brasileira como de caráter estrutural e portanto de complexa solução a curto e médio prazo, há que se reconhecer a necessidade de medidas visando atenuar o impacto dos problemas gerados pelas políticas recessivas.

É com expectativa que se tem acompanhado o governo da Nova República na adoção de medidas segundo uma orientação de resistência à pressão internacional para a adoção de uma política de recessão, contrapondo a prioridade que reconhece deva ser dada à questão social.

No contexto sócio-econômico do modelo de desenvolvimento dos últimos vinte anos o Estado do Espírito Santo, muito em função das contradições econômicas e sociais que marcaram o desenvolvimento no período, é em muitas análises, considerado como o menos privilegiado economicamente, dos estados da região sudeste do país.

E assim sendo, tem também seus problemas sociais agravados pelo desemprego, expulsão de mão-de-obra rural, inchamento dos principais centros urbanos - notadamente a Grande Vitória - e, em especial, a concentração fundiária.

Assim, é necessário definir uma política adequada ao desenvolvimento econômico do Estado que administrativa e tecnicamente inclua alternativas de ação socialmente eficientes e eficazes. Dentro desta política incluiu-se o atendimento ao setor habitacional, que deverá considerar também as formas de atuação do Sistema Financeiro da Habitação - SFH - tomando-o como a base mais recente das políticas no campo habitacional.

Compreender a atual situação do SFH, implica interpretá-lo como resultado de uma evolução histórica em que diversos governos atacaram o problema habitacional, e onde as soluções adotadas para debelá-lo não lograram êxito, de tal forma que a situação tem-se repetido de maneira cíclica e bem definida na correlação de causa e efeito.

O problema habitacional brasileiro sob a ótica governamental, somente começou a ser encarado a partir da década de quarenta, quando desenvolvia-se o processo de industrialização das cidades de grande e médio porte, intensificando assim o êxodo rural. As cidades de então, sem estrutura

funcional para atender a esses contingentes - escassez de infra-estrutu
ra e moradias - e devido a ausência de uma política urbana, induziu-os
a prática da construção clandestina localizando-os nas periferias atra
vés de invasões e proliferação das favelas nas cidades ou em áreas irregu
lares dos centros urbanos.

Deve-se registrar que se em 1940 a população rural brasileira corres
pondia a 68.8% da total, hoje o quadro se inverteu e de forma relevante
pois 70% da população reside nos centros urbanos tornando a solução dos
problemas cada dia mais complexa. (1)

Preocupado com o fenômeno, o governo foi forçado a adotar medidas de
cunho social e de busca de legitimidade junto as classes trabalhadoras.
Uma dessas medidas resultou na criação da Fundação da Casa Popular - FCP
instituída através do decreto-lei nº 9.218 de 01/05/46 e cujo campo de
ação definido pela Lei nº 9.777 de 06/09/46 lhe atribuía a atuação como
órgão de política urbana que visava a melhoria das condições de
vida da população, pelo financiamento de: obras de abastecimento d'
água; esgo
tos sanitários; energia elétrica; assistência social; indústria de
material de construção; prefeituras; empresas comerciais e industriais,
bem como instituições para construção de moradias do tipo popular sem
objetivo de lucro; construção, reparo ou melhoria da habitação rural;
ou ainda, estudos e pesquisas de métodos e processos que visassem o
barateamento da construção.

Como efeito, obter-se-ia o fortalecimento do mercado, a modernização das
prefeituras, o estudo do processo da prática comunitária de construir,
ou das técnicas e dos materiais regionais utilizados na construção.

Quão semelhantes foram as causas que provocaram a criação do BNH insti
tuído pela Lei 4.380 de 21/08/64, que também extinguiu a FCP, cujos ob
jetivos foram: a maior difusão da propriedade residencial especialmente
para as classes menos favorecidas; a eliminação das subabitações; a redu
ção do preço da habitação pelo aumento da oferta; o fortalecimento da
indústria da construção civil e de materiais de construção; o desen

volvimento harmônico das áreas urbanas; e melhores oportunidades de emprego.

A intenção da criação do BNH tinha implícita a ativação da economia; a realimentação de recursos através de poupança compulsória (FGTS) e livre (cadernetas de poupança e letras imobiliárias); bem como o alívio às pressões sobre os aluguéis.

Como pano de fundo revelava-se a intenção do novo governo em demonstrar sensibilidade junto as classes menos privilegiadas, e aquelas simpatizantes do governo anterior, através da redução do déficit habitacional que crescia de forma exponencial.

Estes fatos foram argumentos que justificaram tornar o problema habitacional como primordial no primeiro grande plano de governo. Portanto, a opção da habitação como pólo da política urbana foi pedra fundamental, subordinando-a à habitacional. Tal fato se traduz pela liderança do BNH sobre o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU; este último criado sobre o abrigo da mesma lei, em seu artigo 54, ao qual caberia o papel normativo e ao BNH o papel de executor.

Destaca-se na diferenciação das políticas adotadas em 46 e 64, a forma de captação de recursos, aplicação e retorno dos investimentos. No entanto, estas políticas falharam especialmente para as faixas de menor poder aquisitivo para as quais estavam destinadas.

No período da Fundação da Casa Popular, o próprio estilo do governo populista caracterizou forte clientelismo, com obscuras divulgações de seus empreendimentos, através de editais de seleção dos candidatos e a manipulação de **reservas técnicas** dos conjuntos habitacionais.

Atuando de **forma empresarial** o BNH contrapôs seus próprios objetivos ao tornar-se ineficaz em atender uma faixa de mercado de baixos rendimentos, incapaz de arcar com prestações nas quais se embutem o lucro das empreiteiras, as despesas financeiras e participação dos agentes, ou do

próprio Banco. Esta situação obrigou o BNH a alterar em fins da década de 70 a faixa de atendimento, passando de 3(três) para 5(cinco) salários mínimos a renda exigida para limite de financiamento.

Se esta medida por um lado permitiu a agilização das Cias. de Habitação, que no período de 70 a 74 viveram momentos críticos, por outro, estratificou a sua linha de atendimento, tornando os operários qualificados e empregados do terciário sua clientela alvo, principalmente pela baixa taxa de juros e o longo prazo de amortização que o programa impõe, distanciando-se cada vez mais de seus propósitos originais.

Verifica-se que 70,84% das unidades financiadas no Estado do Espírito Santo pelo Sistema beneficiou estratos com melhor condição de renda e apenas 29,17% às classes de menor poder aquisitivo. (2)

Se contudo o BNH não logrou reverter a curva ascendente do agravamento da situação domiciliar no Brasil, o mesmo não se pode dizer do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, pois no campo de saneamento houve um salto significativo com o abastecimento de água para quase 80% da população brasileira. (3)

Para o Estado do Espírito Santo, segundo a mesma fonte, já foram alocados pelo PLANASA recursos da ordem de 12,4 milhões de UPC's, com atendimento à comunidades de grande, médio e pequeno porte; recursos esses oriundos do próprio BNH, do Fundo de Água e Esgoto - FAE, e a fundo perdido, onde 72 cidades foram beneficiadas pelo Programa.

No entanto, dados do IJSN caracterizam o agravamento da situação domiciliar no Estado, onde cerca de 42% da população da Grande Vitória, em 1979, vivia em áreas irregulares, sendo que hoje pode-se tomar como certo um aumento significativo deste percentual. (4)

Juntando-se a isto, informações da COHAB-ES de agosto de 1985 mostram

que cerca de 10 mil unidades habitacionais construídas encontram-se desocupadas.

A ausência de ações planejadas e políticas diferenciadas por parte do Governo Estadual, aliada a toda a conjuntura sócio-econômica anteriormente exposta, se refletem nas ocupações de áreas urbanas não adequadas a habitação, bem como, **invasões** em áreas do poder público ou particular, ou ainda, em prédios e conjuntos habitacionais construídos por Cooperativas Habitacionais.

Todo este quadro caracteriza, tanto a incapacidade de aquisição de habitação de grande parte da população, como também a crise financeira por que passa o SFH, com repercussões locais nas Cooperativas Habitacionais, pela diminuição dos valores de investimentos para classes de menor poder aquisitivo no Estado.

Desta forma, fica evidente a necessidade da definição de uma política habitacional para o Estado do Espírito Santo que a médio e curto prazo, através de ações e programas, contemple aquelas classes menos privilegiadas ou mais atingidas pelos problemas habitacionais.

As Referências Sócio-econômicas e Político-Habitacionais anteriormente citadas, evidenciam a situação estrutural do país, no aspecto de que o problema habitacional não deve ser visto simplesmente como a existência ou não da casa, no sentido da produção do **objeto casa**.

Entendida deste modo, a habitação vem-se caracterizando cada vez mais como mercadoria isolada, sendo produzida e lançada no mercado de compra e venda, de certa forma, dissociada de seu caráter social. A produção da moradia vista por esta ótica, reflete o tipo de capitalismo inerente ao sistema econômico vigente.

Esta prática possivelmente norteou diversos programas habitacionais passados e atuais, sendo que suas implementações e resultados obtidos vem desencadeando críticas relacionadas às questões sociais e de qualidade de vida de sua clientela.

Alguns casos de conjuntos habitacionais - consequência de suas localizações, dimensões e formas de comercialização, e que hoje recebem críticas não só dos mutuários, mas também dos próprios órgãos empreendedores - são, possivelmente, exemplos marcantes na caracterização desta hipótese.

A obtenção da casa, em muitos casos, implica em um afastamento considerável dos locais de trabalho, dos equipamentos comunitários e serviços de infra-estrutura, o que compromete o desempenho das atividades diárias dos moradores. Tal fato se deve, primordialmente, ao preço da terra nestas regiões, uma vez que a presença destes elementos, e a proximidade aos locais mais urbanizados elevam consideravelmente o valor do solo urbano, criando barreiras às parcelas de menor renda, que buscam nas periferias das cidades, ou na ocupação de áreas inapropriadas dos cen

tros urbanos, a solução de seus problemas de moradia.

Paradoxalmente, esta situação vem afetar o próprio processo de reprodução do capital na medida que onera a reprodução da força de trabalho; e mesmo que o Estado tenha, historicamente, procurado soluções para os problemas habitacionais, vê-se que na maioria das vezes as diretrizes adotadas vem muito mais como respostas às necessidades de reprodução do sistema, do que as reais necessidades da população.

É a partir desta reflexão que o Governo do Estado deve considerar mais pormenorizadamente a questão habitacional, tratando-a como o conjunto dos fatores referentes ao **habitat** onde a infra e super-estrutura urbana, a acessibilidade, os custos da terra e da habitação, devem ser considerados como fatores componentes e inseparáveis para que a população urbana logre um nível de qualidade de vida satisfatório.

Entende-se, assim que o conceito a ser adotado deve ser único e abrangente: habitação como questão social; como **habitat** e não como a existência ou não do **objeto casa**, visto em toda sua complexibilidade, requerendo ações de base e não simplesmente pontuais; e levar em conta que as soluções mais adequadas para alguns casos podem estar o suficiente longe daquelas exigidas por outros, inviabilizando completamente suas aplicações. Portanto, medidas tomadas e propostas de soluções deverão ser função de cada caso específico, ou quando possível indicadas para um conjunto de casos semelhantes, de tal forma que considere os princípios acima em benefício das atuações governamentais na área habitacional.

Desta forma, a Política Estadual para o setor reflete-se mais propriamente na existência de um documento base, cujo caráter não deverá ser o de solução definitiva de seus problemas habitacionais.

Neste sentido, deve incluir o quadro das políticas habitacionais do país, com reflexos no Espírito Santo, se resumindo em um instrumento que dote o Governo Estadual de diretrizes, prioridades e sugestões integradas de atuação.

Interessa enfatizar que o caráter multinstitucional conferido a Política garante a integração dos agentes envolvidos no setor habitacional, de sorte que esta se revele como expoente primordial à administração pública estadual. Destarte, através de diagnósticos e análises dos fatos existentes procurar-se-á equacioná-los por intermédio de suas variáveis, no sentido de fornecer condições e formas de atuação integradas nos seus diversos níveis institucionais e comunitários.

Partindo destes princípios, as ações governamentais darão destacada ênfase a participação das comunidades envolvidas que por terem conhecimento de suas próprias realidades, serão capazes de reconhecer se tais ações, respondem ou não às suas aspirações:

Para tanto, considerando que a definição da Política Habitacional, resultado dos desdobramentos dos estudos realizados, se dá na forma de ações normativas e de diversos projetos executivos, a intenção é que a participação comunitária aconteça, tanto em caráter **consultivo** quanto aquele de **integração efetiva** na execução dos mesmos.

No primeiro, o consultivo, as partes envolvidas contribuiriam ao nível de experiências e sugestões, cujo conjunto auxiliaria no sentido de espelhar aspirações da comunidade no conteúdo do trabalho. De forma mais específica, este processo será acentuado em seminários e pesquisas a serem realizados principalmente nas fases 1 e 2, porém, espera-se que este envolvimento aconteça no maior período de tempo possível durante a elaboração da Política.

No segundo, aquela participação que prevê a integração efetiva na execução dos projetos, as comunidades seriam chamadas a opinar nos tipos mais apropriados de intervenção a executar, e de quais formas poderiam contribuir para sua execução, garantindo o nível de satisfação quando da implementação das sugestões e prioridades por elas próprias apontadas.

Acredita-se que as comunidades já estejam pensando, tenham claro ou até mesmo estejam atuando na elaboração de possíveis soluções para alguns de seus problemas. Neste caso, uma análise da viabilidade destas propostas poderá indicar sua inaplicabilidade, demandando por parte das administrações, outras alternativas de solução. Todavia, esta análise poderá indicar a viabilidade e eficiência das mesmas, respaldando sua adoção.

Tais respostas somente serão dadas através de procedimentos práticos, considerando que haja este tipo de participação concreta da comunidade. Este procedimento resultaria na redução de investimentos, na medida que apontaria soluções desejadas, e que poderiam ser alcançadas através de intervenções administrativas e financeiras com vistas a apoiar e investir na maximização dos resultados.

Este documento, face as considerações e conceituações anteriores, adota como filosofia alguns princípios que coadunam com aqueles definidos no documento "Aspectos Sociais da Política Urbana: Recomendações" do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU de 1984 realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM que enfatizam os aspectos sociais da Política, conforme citação abaixo:

- a) universalidade de atendimento;
- b) descentralização da execução; e
- c) participação do principal beneficiário, a população a ser atendida.

O primeiro princípio prende-se ao próprio conceito de desenvolvimento social: possibilitar o acesso de todas as pessoas aos serviços e bens de que necessitam. O segundo deriva da necessidade de fazer da política um instrumento suficientemente flexível para atender às necessidades locais, maximizando o uso de recursos disponíveis em todos os níveis. O terceiro princípio leva em consideração as vantagens de se fazer as coisas com as pessoas, ao invés de para as pessoas (identificação das prioridades reais, mobilização de recursos materiais e não-materiais

existentes ao nível de comunidade, desenvolvimento auto apoiado, etc.)".
(CNDU, 1984,páginas 15 e 16)

ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL NO ESPÍRITO SANTO
 CICLO DE DEBATES SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL
 LOCAL: IJSN - AV. LEITÃO DA SILVA - 111

PROGRAMA

ÓRGÃO	DIA	HORÁRIO	TEMA	REPRESENTANTE
ARECIP	04/12	14:00hs	Os Agentes Financiários e o Atual Quadro do SFH	Hernani Ribeiro de Souza
UFES	04/12	16:30hs	Municípios e a Questão Habitacional	Kleber Frizzera
SINDICOM	05/12	14:00hs	Perspectivas da Construção Civil Frente ao Atual Quadro do SFH	João Luiz Tovar
ASCAM	05/12	16:30hs	A proposta da Coordenação Nacional dos Mutuários e a Reformulação do BNH	Irini Lopes
IJSN	06/12	14:00hs	Solo Urbano e a Questão Habitacional	Gláucia Maria R. Cardoso
BNH	06/12	16:30hs	A Situação Atual do SFH e a Reformulação do BNH: Possibilidades e Perspectivas	Gilberto Carrilho F. da Costa
COHAB-ES	09/12	14:00hs	A Situação Atual da COHAB e suas Perspectivas	Roberto Bastos de Moura
INOCOOP-ES	09/12	16:30hs	A Situação Atual do INOCOOP e suas Perspectivas	Anísio Varejão P. Costa
SEBS/COPLAN	10/12	14:00hs	Propostas Alternativas do Governo do Estado Frente a Problemática Habitacional do Estado	Joaquim Beato/ Orlando Caliman
Comissão Central do Movimento de Direito à Moradia	10/12	16:30hs	Relato de Experiências e Propostas Alternativas	Maria Clara da Silva, Gilberto Alvares dos Santos e Paulo Vargas
Cooperativa dos Engenheiros	11/12	14:00hs	Propostas Alternativas para Habitação Popular (Projeto Casanossa e Projeto PROHAB)	Carlos Alberto Feitosa Perim Fernando Lordeito Fernando Lorfego
UFES	11/12	16:30hs	Aspectos Sociológicos da Questão Habitacional.	Dilvo Peruzzo

COLABORAÇÃO: Francisca Proba Soares - Departamento de Comunicação - IJSN.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- 1) BNH/Divisão de Recursos Humanos. **Subprojeto Integração - Seminário Interáreas.**

- 2) BNH/Departamento de Planejamento e Análise de Custos - DPLAC. **Contratações do BNH no Estado 1964 a 1985.**

- 3) BNH/Departamento de Planejamento e Análise de Custos. **Sistema Finançeiro do Saneamento, PLANASA - Localidades Beneficiadas 1968 - 1984.**

- 4) Instituto Jones dos Santos Neves. **Programa CPM/BIRD - Subprojeto Vitória: Perfil da Cidade. Fichas de Projeto - Dezembro de 1980 - Vol.3.**